

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

1 O governo central obteve superávit primário de R\$ 1,3 bilhão no mês de outubro. Na composição desse total, R\$ 2,2 bilhões referem-se ao superávit do Tesouro Nacional, e R\$ 826,5 milhões e R\$ 67,3 milhões ao déficit da Previdência e do Banco Central, respectivamente.

O governo central atingiu superávit primário de R\$ 1,3 bilhão no mês de outubro.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 1998/1999

DISCRIMINAÇÃO	(R\$ milhões)			
	Outubro		Jan-Out	
	1998	1999	1998	1999
I. RECEITA TOTAL	13.212,7	17.113,0	149.357,7	170.824,0
I.1. Receitas do Tesouro	9.552,2	13.212,4	112.843,6	132.768,2
I.1.1 Receita Administrada Bruta	9.234,2	12.223,6	97.822,4	114.939,8
I.1.2. (-) Restituições	(426,9)	(563,6)	(3.087,6)	(3.795,8)
I.1.3. Diretamente Arrecadadas	574,4	578,7	5.822,4	5.847,8
I.1.4. Demais Receitas	213,7	1.032,0	12.927,3	16.409,7
I.1.5. (-) Incentivos Fiscais	(43,2)	(58,2)	(640,9)	(633,3)
I.2. Receitas da Previdência Social	3.660,5	3.900,6	36.514,1	38.055,8
II. DESPESA TOTAL	14.714,6	15.725,5	143.971,0	148.226,7
II.1. Transferência a Estados e Municípios	1.991,9	2.750,3	22.642,1	26.439,1
II.2. Benefícios Previdenciários	4.311,2	4.727,1	40.745,1	44.682,7
II.3. Despesas da Administração Federal	7.728,4	7.644,1	78.249,8	74.929,6
II.3.1. Pessoal e Encargos	3.618,2	3.884,6	38.296,8	39.235,9
II.3.2. Despesas de Custeio e Capital	4.110,2	3.759,5	39.953,0	35.693,7
- Abono e Seguro Desemprego	425,0	274,8	3.747,0	4.047,3
- Desapropriação para Reforma Agrária	83,7	73,5	373,6	246,2
- Outras Despesas de Custeio e Capital	3.601,4	3.411,2	35.832,4	31.400,2
II.4. Subsídios e Subvenções	683,0	603,9	2.334,0	2.175,3
III. RESULTADO DO GOVERNO FEDERAL (I - II)	(1.501,9)	1.387,6	5.386,6	22.597,3
III.1. Resultado do Tesouro Nacional	(851,2)	2.214,1	9.617,7	29.224,2
III.2. Resultado da Previdência Social (RGPS) (1)	(650,8)	(826,5)	(4.231,0)	(6.626,9)
IV. RESULTADO DO BANCO CENTRAL (2)	(57,1)	(67,3)	(458,0)	(573,5)
V. RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL (III + IV)	(1.559,0)	1.320,2	4.928,6	22.023,7
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			0,65%	2,66%

Principais Variações

Acumulado: Outubro99/Outubro98

Receitas	14,4%
Despesas	3,0%
Benefícios	9,7%
Transferências	16,8%
Pessoal	2,5%
Custeio e Capital	-10,7%

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

No ano, o governo central acumula superávit de R\$ 22,0 bilhões (2,66% do PIB), contra R\$ 4,9 bilhões (0,65% do PIB) registrados em igual período de 1998. Em termos desagregados, o resultado acumulado obtido pelo Tesouro (R\$ 29,2 bilhões) denota o empenho do governo para suprir o déficit de R\$ 6,6 bilhões do Regime Geral da Previdência

O resultado primário do governo central até outubro totaliza R\$ 22,0 bilhões, aproximadamente 2,66% do PIB.

RESULTADO PRIMÁRIO/PIB
Acumulado Jan-Out 1998/1999

DISCRIMINAÇÃO	1998	1999
Tesouro Nacional	1,3%	3,5%
Previdência Social	-0,6%	-0,8%
Banco Central	-0,1%	-0,1%
GOVERNO CENTRAL	0,7%	2,7%

Social (RGPS) e fazer cumprir as metas de desempenho fiscal estabelecidas para o Setor Público consolidado no ano. Como proporção do PIB, a tabela ao lado mostra que o resultado do Tesouro melhorou 2,2 pontos percentuais, ao passo que a Previdência teve seu déficit agravado de 0,6% para 0,8%. Desse modo, o ganho no resultado fiscal pelo critério “acima da linha” permanece em aproximadamente 2,0 pontos percentuais do PIB até o mês em análise.

Receita Total

As receitas totalizaram R\$ 17,1 bilhões no mês, tendo aumentado R\$ 3,9 bilhões em relação a outubro do ano passado. Tal crescimento concentrou-se basicamente nas contas do Tesouro Nacional, sendo R\$ 2,9 bilhões referentes à receita administrada (líquida de restituições).

RECEITAS DO GOVERNO CENTRAL/PIB
Acumulado Jan-Out 1998/1999

DISCRIMINAÇÃO	1998	1999
I. RECEITA TOTAL	19,8%	20,7%
I.1. Tesouro	14,9%	16,1%
I.1.1. Adm SRF (*)	12,5%	13,4%
I.1.2. Outras (**)	2,4%	2,6%
I.2. Previdência Social	4,8%	4,6%

(*) Líquida de restituição

(**) Diretamente arrecadadas e “demais” receitas

No acumulado do ano, a arrecadação total cresceu 0,9 ponto percentual do PIB, frente a igual período de 1998. As receitas administradas contribuíram para essa elevação com 0,9 ponto percentual e as demais receitas com 0,2. Neste último item, destacam-se os ganhos decorrentes da Parcela de Preços Específicos (PPE) da conta petróleo, sem correspondência no mesmo período do ano passado. As receitas da Previdência Social, por outro lado, caíram cerca de 0,2 ponto percentual do PIB.

**Receitas do
Tesouro no mês**

Comparado à arrecadação de outubro de 1998, o recolhimento das receitas administradas líquidas apresentou aumento de 32,4% no mês. Esse aumento está relacionado especialmente à receita da Cofins e da CPMF. A alíquota da Cofins subiu de 2,0% para 3,0%, e sua cobrança foi estendida às instituições financeiras, o que resultou em aumento de R\$ 1,3 bilhão na arrecadação. A CPMF, por sua vez, teve a alíquota elevada de 0,20% para 0,38%, contribuindo para o recolhimento adicional de R\$ 479,0 milhões em outubro.

As receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos da administração federal permaneceram praticamente constantes em termos nominais, atingindo o montante de R\$ 574,4 milhões no mês. As demais receitas do Tesouro cresceram R\$

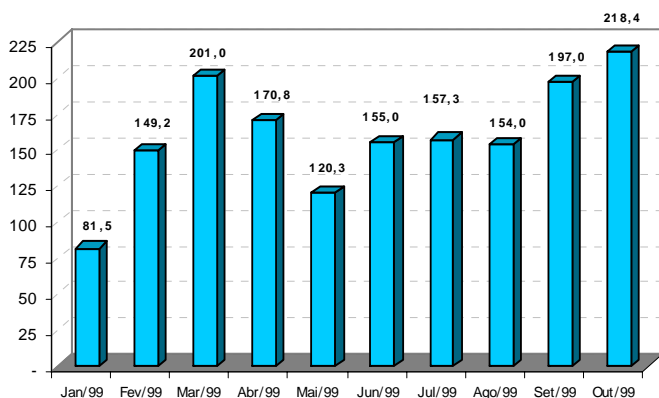
818,3 milhões, com destaque para as receitas de *royalties* da Petrobrás (Lei 9.478/98) no valor de R\$ 596,7 milhões¹, e para o aumento na contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos: no mês, essas receitas foram de R\$ 105,6 milhões, contra R\$ 24,3 milhões em outubro de 1998. O ganho restante foi diluído entre as demais taxas e tarifas arrecadadas via DARF pela SRF.

1 - Receitas relativas aos dez primeiros meses do ano, classificadas em outubro/99.

Na evolução das receitas do Tesouro até outubro, as receitas administradas líquidas apresentam incremento de R\$ 17,3 bilhões. Parte deste aumento deve-se ao pagamento de débitos atrasados no valor de R\$ 4,5 bilhões, conforme Lei nº 9.779/99. A incorporação dos depósitos judiciais à Conta Única, cujos efeitos tiveram início apenas em dezembro de 1998, totaliza recursos da ordem de R\$ 1,6 bilhão em 1999, como podemos ver no gráfico abaixo.

Evolução das receitas do Tesouro até outubro/99

**Recolhimento de Depósitos Judiciais
(R\$ milhões)**



Os depósitos judiciais incorporados à Conta Única do Tesouro Nacional atingiram seu maior valor em outubro: R\$ 218,4 milhões.

A análise por tributo revela ainda outros fatores que contribuíram para o aumento na arrecadação: i) Cofins (63,6%): aumento da alíquota e cobrança do tributo às instituições financeiras; ii) IRRF-rendimento de capitais (18,5%): extensão da tributação sobre aplicações financeiras em renda fixa destinada às operações de cobertura, conforme Lei nº 9.779/99; iii) IRRF-remessas ao exterior (70,5%): aumento no volume das remessas e mudança cambial; e iv)

IOF (42,2%): cobrança sobre aplicações em fundos de investimento e aumento da alíquota nas operações de crédito.

Itens	Demais Receitas (R\$ milhões)	
	Jan-Out 1998	1999
Dividendos	745	1.344
Concessão	9.323	9.079
Cta Petróleo	0	2.398
Outras	2.859	3.589
Total	12.927	16.410

A arrecadação das demais receitas superou em R\$ 3,5 bilhões o valor acumulado até outubro de 1998, por conta do superávit da conta petróleo (R\$ 2,4 bilhões), das receitas de *royalties* da Petrobrás (R\$ 596,7 milhões) e das receitas de dividendos (R\$ 1,3 bilhão). Nesse último caso, destaca-se o estabelecimento do repasse mínimo de 25,0% do lucro líquido das empresas em que a União possui participação majoritária.

Despesa Total

A despesa em outubro atingiu o patamar de R\$ 15,7 bilhões. Tal crescimento deve-se em grande parte ao aumento nas transferências a estados e municípios (despesas vinculadas) e nos benefícios previdenciários (RGPS). Por outro lado, houve redução das despesas administradas pelo Tesouro Nacional, em particular na rubrica custeio e capital. As despesas com subsídios e subvenções foram altas relativamente aos demais meses do ano, mas compatíveis com as observadas em outubro no ano passado, devido ao pagamento dos subsídios da securitização da dívida agrícola.

As transferências a estados e municípios foram o principal fator para crescimento das despesas do governo.

No acumulado do ano, a despesa total passou de R\$ 144,0 bilhões, em 1998, para R\$ 148,2 bilhões, em 1999, dos quais R\$ 103,5 bilhões referentes aos desembolsos do Tesouro Nacional e R\$ 44,7 bilhões aos benefícios da Previdência (RGPS). Como proporção do PIB houve redução de 1,2 ponto percentual na despesa total, sendo que a maior parte deveu-se à queda nos gastos com custeio.

Despesas do Tesouro no mês

No âmbito das despesas do Tesouro Nacional, destaca-se o aumento no repasse de recursos para estados e municípios, em relação a outubro de 1998, sendo R\$ 567,8 milhões relativos às transferências constitucionais e R\$ 130,8 milhões à desoneração do ICMS. No primeiro caso, a transferência do Tesouro refletiu parcialmente o melhor recolhimento de IR e IPI entre os dois últimos decêndios de setembro e o primeiro de outubro. Quanto à desoneração, houve mudanças na fórmula de cálculo dos valores devidos

em função da legislação (Portaria Interministerial MF/MPO nº 340/98, MP nº 1.816/99 e sucedâneas), beneficiando-se os governos subnacionais com maiores repasses de recursos em relação ao ano passado.

Por outro lado, as despesas com custeio e capital caíram de R\$ 4,1 bilhões em outubro de 1998 para R\$ 3,8 bilhões no mês em análise. Em termos desagregados, houve redução de R\$ 190,2 milhões na rubrica “demais despesas”, apesar do pagamento de precatórios no valor de R\$ 231,5 milhões.

As despesas do FAT, por sua vez, somaram R\$ 274,8 milhões, contra R\$ 425,0 milhões no ano passado. Houve redução nas despesas, nesse caso, devido ao fato dos recursos para pagamento do abono salarial dos beneficiários do PIS/Pasep, referente à outubro, ter sido repassado somente no início de novembro, ao passo que em 1998, o repasse foi realizado dentro do próprio mês de referência.

Os gastos com pessoal e encargos cresceram 6,0% em relação ao mês anterior, atingindo o patamar de R\$ 3,9 bilhões. Contribuíram para esse comportamento o pagamento de precatórios liberados no último dia de setembro, com efeitos sobre outubro, e os desembolsos referentes ao PDV, inclusive com a incorporação total dos 28,86%.

Em outubro, as despesas com subsídios e subvenções incorporaram o gasto primário associado à securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/95). Vale lembrar que o subsídio agrícola é medido pela diferença entre as taxas de juros implícitas nos pagamentos efetuados pelo Tesouro junto às instituições financeiras e aquelas referentes aos créditos junto aos mutuários, na mesma data. No caso da securitização, os créditos do Tesouro foram estimados considerando-se um bônus de adimplência médio de 2,6%². Dessa forma, com esse percentual, o custo da securitização da dívida agrícola computado no mês atingiu R\$ 253,6 milhões.

Custeio e Capital

As despesas com custeio e capital caíram, de R\$ 4,1 bilhões em outubro/98, para R\$ 3,8 bilhões.

Pessoal e Encargos

Subsídios

2 – Abrange 10,0% das dívidas acima de R\$ 15 mil, sendo rebate de 30% para dívidas até R\$ 50 mil e de 15% para o restante.

Despesas do POOC	
(R\$ milhões)	
Itens	Out/99
Custeio Agropecuário	8,2
Investimento Rural	-
Preços Agrícolas	160,7
- EGF	0,6
- AGF	147,0
- Sustentação de preços	13,0
Pronaf	1,5
Proex	121,7
TOTAL	292,1

No âmbito das Operações Oficiais de Crédito (O2C), houve elevação das despesas com a política de preços agrícolas, em particular no programa de Aquisição do Governo Federal (AGF), e aumento das despesas do Programa de Financiamento das Exportações (Proex). No caso do AGF, o crescimento das despesas líquidas (despesa com aquisição menos receita com venda de estoques) refletiu a participação do governo federal no mercado de opções, especialmente pela realização dos contratos de opção de algodão. Quanto ao Proex, o mês de outubro inclui emissões de títulos para financiamento das exportações relativas a setembro, acumulando-se despesas no montante de R\$ 121,7 milhões. Esse fato deveu-se às alterações implementadas nas regras do Proex (MP nº 1.862/99), tornando possível à instituição beneficiária receber o montante das equalizações em um prazo de dois meses, descontado a valor presente.

Evolução das despesas do Tesouro até outubro/99

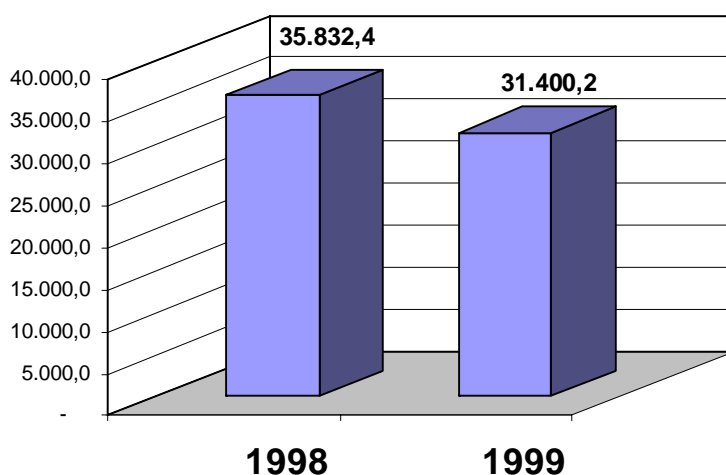
No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 103,5 bilhões, caindo 1,2 ponto percentual do PIB. Excluindo-se as transferências a Estados e Municípios e os benefícios da Previdência Social, observa-se que as despesas da administração federal reduziram-se 1,3 ponto percentual, sendo 1,0 ponto relativo à rubrica “demais custeio e capital”. Esta redução está associada aos esforços de contenção dos gastos públicos, em cumprimento ao Decreto nº 3.031/99, com as alterações sucedâneas. O gráfico a seguir apresenta a evolução dessa despesa, excetuando-se as despesas do FAT e aquelas referentes à desapropriação de terras.

DESPESAS DO GOVERNO CENTRAL/PIB Acumulado Jan-Out 1998/1999

DISCRIMINAÇÃO	1998	1999
II. DESPESA TOTAL	19,1%	17,9%
II.1. Estados/Municípios	3,0%	3,2%
II.2. Benefícios	5,4%	5,4%
II.3. Adm Federal	10,4%	9,1%
II.3.1. Pessoal	5,1%	4,7%
II.3.2. Custeio	5,3%	4,3%
II.4. Subsídios	0,3%	0,3%

A evolução da rubrica com pessoal e encargos no período, por sua vez, incorpora despesas com pagamento dos 28,86% a partir de julho de 1998 e a correção de gratificações em algumas carreiras (professores de ensino superior, militares e funcionários do Judiciário). Vale ressaltar, no entanto, que essa despesa vem caindo como proporção do PIB, passando de 5,1% até outubro de 1998, para 4,7% no mesmo período de 1999.

Outras Despesas de Custeio e Capital
(acumulado até outubro em R\$ milhões)



Até o mês de outubro, as demais despesas de custeio e capital apresentaram redução de R\$ 4,7 bilhões, o que representa esforço de contenção de gastos da ordem de 1,0 ponto percentual do PIB, relativamente a igual período de 1998.

O déficit da Previdência Social (RGPS) atingiu R\$ 826,5 milhões, superando em R\$ 175,7 milhões o montante de outubro do ano passado. A despesa com benefícios previdenciários apresentou crescimento de 9,6%, em função dos aumentos na quantidade de benefícios concedidos e no seu valor médio; esses últimos afetados pelos reajustes ocorridos nos meses de maio (piso da tabela) e de junho (demais).

Previdência Social

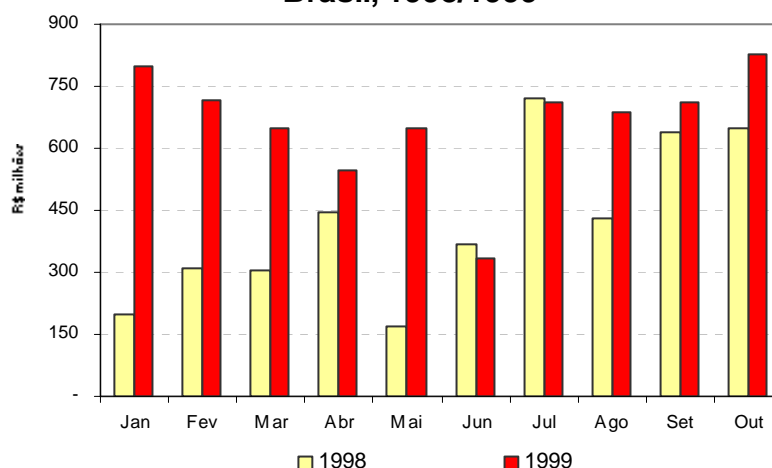
Benefícios	Setembro		
	1998	1999	%
Quantidade*	18,0	18,7	4,0%
Valor Médio**	237,9	251,8	5,8%

(*) Em Milhões
(**) Em R\$ 1,00

A receita, por sua vez, ficou R\$ 240,1 milhões acima da arrecadação de outubro de 1998, perfazendo um crescimento nominal de 6,6%. Contribuíram para esse aumento: i) a incorporação de receitas provenientes de depósitos judiciais, permitida pela Lei nº 9.703/98, no montante de R\$ 62,1 milhões; ii) o recebimento de dívidas previdenciárias, por meio de resgate de Certificado da Dívida Pública (CDP-INSS), no valor de R\$ 41,8 milhões; e iii) o crescimento na arrecadação do Simples em R\$ 21,0 milhões.

O déficit da Previdência aumentou 0,2 ponto percentual do PIB até outubro de 1999.

Déficit da Previdência Social Brasil, 1998/1999



Evolução da Previdência até outubro/99

O déficit acumulado aumentou 56,6% em relação ao mesmo período do ano passado, elevando-se de R\$ 4,2 bilhões, em 1998, para R\$ 6,6 bilhões, em 1999. Em proporção ao PIB, o déficit da Previdência cresceu, de 0,6% para 0,8%. Não obstante o aumento nominal de 4,2% nas receitas previdenciárias, o principal foco da deterioração nas contas do RGPS reside no comportamento das despesas com benefícios, cujo crescimento foi da ordem de 9,7% entre os dois períodos.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA/PIB Acumulado Jan-Out 1998/1999

DISCRIMINAÇÃO	1998	1999
Contribuição	4,8%	4,6%
Benefícios	5,4%	5,4%
RESULTADO	-0,6%	-0,8%

Contribuíram para esse aumento o incremento ocorrido na quantidade de benefícios concedidos, bem como o aumento no seu valor médio. No tocante às receitas, dentre os fatores que influenciaram positivamente a arrecadação em 1999, destacam-se: i) arrecadação de depósitos judiciais no montante de R\$ 529,0 milhões; ii) ingresso de receitas com CDP no valor de R\$ 230,6 milhões; e iii) acréscimo na arrecadação da ordem de R\$ 273,3 milhões, decorrente da medida instituída pela Lei nº 9.711/98, que prevê a retenção de 11,0% do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços pelas empresas contratantes de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra (ganhos da sub-rogação).

Benefícios	Dez/97- Set/98	Dez/98- Set/99	%
Quantidade*	17,8	18,4	3,8%
Valor Médio**	228,9	244,4	6,7%

(*) média em milhões
(**) média em R\$ 1,00

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado totalizou R\$ 216,8 bilhões no mês de outubro, correspondendo a 22,3% do PIB. Em relação ao mês anterior, houve um crescimento de R\$ 11,9 bilhões, conforme podemos ver na tabela 2.

TABELA 2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO
BRASIL, 1999

	(R\$ milhões)		
	1999		
	Ago	Set	Out
I. DÍVIDA INTERNA	78.672	81.162	93.397
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	295.508	305.678	322.077
Dívida Contratual da STN	-156.040	-161.862	-164.350
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-60.796	-62.654	-64.330
Fat	-43.676	-43.722	-45.003
Demais Entidades	-17.119	-18.932	-19.327
II. DÍVIDA EXTERNA	122.112	123.747	123.427
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	94.067	95.452	95.121
Títulos Depositados em Garantia	-5.904	-5.979	-6.044
Dívida Contratual	34.451	34.763	34.850
Disponibilidades	-501	-488	-500
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	200.785	204.910	216.824
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	21,2%	21,4%	22,3%

Em outubro, o saldo da dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado foi de 22,3% do PIB.

Esse crescimento foi ocasionado pelo incremento de R\$ 16,4 bilhões na dívida mobiliária interna, em parte compensado pelo acréscimo de R\$ 2,5 bilhões nos haveres contratuais da STN, de R\$ 1,7 bilhão nos haveres de fundos, autarquias e fundações, e pela diminuição da dívida externa em R\$ 330,0 milhões.

Ao final de outubro, o estoque total da DPMFi atingiu o montante de R\$ 470,4 bilhões, sendo que R\$ 322,1 bilhões estavam em poder do mercado, o equivalente a 33,2% do PIB.

**Dívida Pública
Mobiliária
Federal**

TABELA 3
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA
BRASIL, 1999

(R\$ milhões)

	1999		
	Ago	Set	Out
DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	443.655	455.634	470.392
I. Dívida com Mercado	295.508	305.678	322.077
LTN	33.976	37.048	47.659
LFT	128.531	134.564	143.847
LFT-A	4.801	4.210	4.244
LFT-B	20.216	20.345	20.138
NTN-A	7.977	8.040	7.981
NTN-D	29.158	29.362	30.144
NTN-I	1.471	1.440	1.541
NTN-P	10.049	10.128	10.202
CFT-D	2.294	2.312	2.293
NTN-S	51.729	52.498	48.557
Demais	5.307	5.731	5.471
I.2 Dívida com BACEN	82.466	83.695	81.540
LTN	241	100	0
NTN-B	247	252	0
NTN-S	11.593	11.766	11.929
LFT-A	34.805	35.755	36.041
LFT	33.494	33.994	31.677
Demais	2.086	1.829	1.894
I.3 Títulos em Tesouraria	65.681	66.261	66.775
Dívida MERCADO/PIB	31,2%	31,9%	33,2%

A relação DPMFi em mercado/PIB foi de 33,2% em outubro.

O acréscimo de 1,3 ponto percentual do PIB da DPMFi em mercado deveu-se à emissão de R\$ 26,3 bilhões em títulos, contra R\$ 14,9 bilhões de resgates e cancelamentos, além da apropriação de juros e encargos no valor de R\$ 5,0 bilhões.

TABELA 4
EMISSÕES, RESGATES E CANCELAMENTOS
DPMFi EM MERCADO BRASIL, Out/99

(R\$ milhões)

Fatos	Financeiras	Não	Total
		Financeiras	
I. Emissões	26.090	203	26.293
II. Resgates	14.899		14.899
III. Cancelamentos	0		0
IV. Valor líquido (I-II-III)	11.191	203	11.394

A emissão líquida de R\$ 11,3 bilhões ocorrida em outubro está associada aos seguintes fatores: i) continuidade do processo de substituição dos papéis do Banco Central em mercado por títulos do Tesouro Nacional, cuja emissão totalizou, no mês, R\$ 4,7 bilhões; ii) antecipação do primeiro leilão de novembro para o final de outubro, em função do feriado de 02/11/99, com a emissão de R\$ 3,0 bilhões; iii) e emissão de títulos para o pagamento da despesa de equalização decorrente da securitização da dívida agrícola no valor de R\$ 1,5 bilhão.

O Tesouro manteve, no mês em análise, a mesma estratégia de setembro, emitindo-se apenas LTN de 3 meses e LFT de 12 meses. De fato, do total de R\$ 26,1 bilhões em emissões financeiras, R\$ 9,5 bilhões foram de LFT e R\$ 16,6 bilhões de LTN. As LTN foram emitidas com prazo de vencimento de até 105 dias e as LFT com prazo de até 364 dias, conforme podemos ver na tabela 5.

TABELA 5
EMISSÕES FINANCEIRAS EM MERCADO
BRASIL, OUT/99

(R\$ milhões)

DATA DE EMISSÃO	TÍTULO	PRAZO	TAXA MÉDIA ANUAL/DESÁGIO	VALOR	
				NOMINAL	FINANCEIRO
01/10/99	CTN	20 anos	IGP-M	40,0	4,1
01/10/99	LTN	103 dc/ 70 du	5,557%	3.000,0	2.842,1
01/10/99	LFT	362 dc/ 248 du	0,262%	1.000,0	997,4
06/10/99	LTN	105 dc/ 72 du	5,855%	3.000,0	2.834,1
06/10/99	LFT	364 dc/ 250 du	0,252%	1.000,0	997,5
13/10/99	LTN	98 dc/ 68 du	5,299%	1.500,0	1.424,5
13/10/99	LFT	364 dc/ 251 du	0,254%	1.000,0	997,5
15/10/99	LTN	103 dc/ 71 du	5,540%	2.000,0	1.895,0
22/10/99	LTN	96 dc/ 66 du	5,105%	2.500,0	2.378,6
22/10/99	LFT	362 dc/ 248 du	0,212%	3.000,0	2.993,7
27/10/99	LTN	98 dc/ 68 du	5,194%	2.500,0	2.376,6
27/10/99	LFT	364 dc/ 250 du	0,219%	2.000,0	1.995,6
29/10/99	LTN	96 dc/ 66 du	5,031%	3.000,0	2.856,3
29/10/99	LFT	362 dc/ 248 du	0,209%	1.500,0	1.496,9
TOTAL				27.040,0	26.089,8

O Tesouro Nacional manteve, em outubro, a mesma estratégia de colocação de títulos do mês anterior.

Do montante de R\$ 202,9 milhões em emissões especiais, R\$ 37,0 milhões referem-se à emissão de LFT-B, adquiridas pela Caixa Econômica Federal (CEF), destinadas à assunção, pela União, da dívida contratual do estado do Ceará, conforme apresentado na tabela a seguir.

Em outubro, o Tesouro Nacional assumiu R\$ 37,0 milhões da dívida contratual do estado do Ceará .

TABELA 6
EMISSÕES RELATIVAS À ASSUNÇÃO
DE DÍVIDAS DE ESTADOS/MUNICÍPIOS
BRASIL, OUT/99

Em R\$ milhões

ESTADO	VALOR
Ceará	
1. Assunção de Dívida Contratual	
1.1. LFT-B	37,0
Total	37,0

O Tesouro Nacional, além disso, emitiu R\$ 15,9 milhões em Certificados da Dívida Pública (CDP), adquiridos por devedores do INSS para quitação de dívidas junto àquele órgão; e R\$ 116,3 milhões em NTN-I, para equalização das taxas de juros no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Foi realizada, também, operação de compra de recebíveis da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) – créditos detidos pela empresa, contra a Ferrovia Centro-Atlântica S.A, relativos a contrato de arrendamento de bens vinculados à prestação de serviços de transporte ferroviário – tendo o Tesouro emitido R\$ 33,5 milhões em LFT destinados ao cumprimento de contrato de cessão de crédito celebrado entre as partes. O aporte de recursos para a RFFSA propiciou à empresa a regularização de obrigações de sua responsabilidade, de forma a permitir a continuidade das ações voltadas para a privatização do setor.

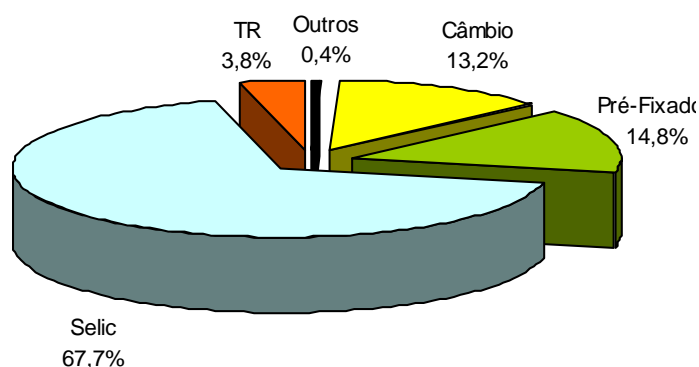
Composição da dívida

Ao final de outubro, verificou-se aumento da participação relativa das LTN na composição da DPMFi em mercado, conforme podemos ver na tabela 7. De fato, há dois meses atrás esses títulos representavam 7,7% do estoque da DPMFi; no mês em análise essa participação subiu para 10,1%. As LFT (incluindo LFT-A e LFT-B) continuaram compondo mais da metade dos títulos, atingindo 64,3% do estoque no mês.

Quanto à remuneração, o gráfico a seguir mostra que a grande maioria dos títulos em poder do mercado, atualmente,

estão indexados à taxa Selic (67,7%). A participação relativa dos títulos cambiais no estoque da DPMFi vem se reduzindo, e já se encontra em 13,2%. É importante ressaltar que, com exceção da NTN-I, não têm sido mais realizadas operações de colocação primária de títulos vinculados ao câmbio.

**DPMFi em Mercado
Brasil, Out/99**



**TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi
BRASIL, 1999**

Título	1999 (%)		
	Ago	Set	Out
LTN	7,7	8,1	10,1
LFT	36,5	36,9	37,3
LFT-A	23,7	23,3	22,7
LFT-B	4,6	4,5	4,3
NTN-A	2,3	2,2	2,1
NTN-D	6,6	6,4	6,4
NTN-H	0,5	0,4	0,4
NTN-P	2,3	2,2	2,2
NTN-S	14,3	14,1	12,8
DEMAIS	1,8	1,8	1,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0

O custo médio anual dos títulos da DPMFi emitidos por meio de processo competitivo em mercado, excetuando-se os cambiais, foi de 19,05% em outubro, contra 19,97% verificados no mês anterior. Se incluídos os títulos vinculados à taxa de câmbio, o custo médio anual dos títulos em mercado cresceu, devido ao comportamento desta variável no mês.

**TABELA 8
DPMFi - CUSTO MÉDIO EM MERCADO
BRASIL, 1998/1999**

PERÍODO	TOTAL(1)	TOTAL(2)	(% anual)		
			COMP(1)	COMP(2)	
1998	Set	27,70	31,54		
	Out	34,54	37,26		
	Nov	32,80	36,08		
	Dez	31,32	33,71		
1999	Jan	30,42	227,40	30,90	311,41
	Fev	37,11	49,22	38,24	53,33
	Mar	40,02	-2,77	42,42	-11,64
	Abr	33,65	12,42	35,38	14,57
	Mai	26,20	34,02	31,52	34,96
	Jun	22,14	27,36	23,20	28,30
	Jul	20,42	20,98	21,12	21,95
	Ago	19,68	44,67	20,24	32,02
	Set	19,52	18,94	19,97	19,82
	Out	18,59	22,01	19,05	21,54

COMP - Títulos competitivos da DPMFi em mercado.

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio

(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

Custo e Prazo Médios

O custo médio anualizado dos títulos competitivos (exceto os cambiais) reduziu-se de 19,97%, em setembro, para 19,05%, em outubro.

TABELA 9
DPMFI - PRAZO MÉDIO NO MERCADO
BRASIL, 1998/1999 (meses)

Período	TOTAL	COMP (1)
1998		
Out	35,31	8,57
Nov	31,04	7,83
Dez	29,75	7,13
1999		
Jan	35,22	8,70
Fev	34,22	9,73
Mar	31,09	10,16
Abr	28,86	10,06
Mai	28,13	9,95
Jun	27,42	10,63
Jul	28,28	13,15
Ago	28,48	11,12
Set	27,06	10,25
Out	25,48	9,30

(1) Títulos competitivos da DPMFI em mercado.

O prazo médio da DPMFI em mercado, emitida sob processo competitivo de formação de taxas, apresentou queda em relação ao mês anterior: de 10,25 meses, em setembro, para 9,30 meses, em outubro. Esta redução reflete o aumento gradual da participação relativa das LTN no estoque de títulos. Manteve-se, no mês, a estratégia de alongamento dos títulos pré-fixados. No entanto, os prazos destes papéis ainda são relativamente curtos, provocando redução do prazo médio, mas em benefício de uma menor sensibilização da dívida às flutuações de curto prazo das taxas de juros de mercado.

Dívida Contratual Interna

O saldo dos haveres líquidos do Tesouro Nacional atingiu R\$ 228,7 bilhões, mantendo-se praticamente estável em relação ao PIB (23,6%). Em termos nominais, no entanto, houve crescimento de R\$ 4,2 bilhões no mês, sendo que R\$ 2,5 bilhões referentes à STN e os demais R\$ 1,7 bilhão referentes a fundos, autarquias e fundações.

Do lado da STN, contribuiu para este comportamento o pagamento de R\$ 1,3 bilhão referente à dívida agrícola (Lei nº 9.138/95), cuja despesa de equalização, como já mencionado, foi efetuada no mês em análise. Destaca-se, adicionalmente, as seguintes emissões de créditos securitizados: i) R\$ 154,0 milhões, em função de dívida originária de contrato celebrado entre a União e o estado de Goiás, para assunção dos débitos e encargos decorrentes de empreendimentos efetuados em Tocantins, conforme disposto no parágrafo 7º, do artigo 13 do ADCT; e ii) R\$ 201,5 milhões para a Transbrasil, após ação judicial. Nos termos do acordo firmado, a empresa comprometeu-se a utilizar os títulos para quitar suas obrigações junto a outros entes públicos, promovendo-se, dessa forma, amplo encontro de contas.

Merece destaque, também, a aquisição das carteiras imobiliárias do Ceará (Banco do Estado do Ceará S.A e Cohab/CE) efetuada pela CEF. Como contrapartida, foi feito a quitação de parte da dívida daquele estado junto à União, no

amparo da Lei nº 9.496/97, mediante a utilização de CVS-A e CVS-C no total de R\$ 370,9 milhões.

TABELA 10
DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA
BRASIL, 1999

(R\$ milhões)

	1999		
	Ago	Set	Out
TOTAL DA STN	-156.040	-161.862	-164.350
Dívida Bancária	38.981	39.083	39.210
Crédito Securitizado (exceto CVS)	20.687	20.853	20.099
CVS	7.956	8.018	7.695
Títulos da Dívida Agrária -TDA	3.174	3.151	3.230
Certificados de Privatização	42	40	40
INSS	-9.392	-9.531	-9.664
Lei 7.976/89	-11.889	-11.789	-12.004
Bônus Renegociação	-19.430	-19.603	-19.549
Lei 8.727/93	-42.678	-42.815	-42.977
Lei 9.496/97	-98.814	-100.676	-102.005
Renegociação de dívidas dos Municípios	-2.698	-2.738	-2.782
Recebíveis dos Estados	-3.644	-3.715	-3.788
Recebíveis das Estatais	-17.563	-19.131	-19.491
Outros	-9.648	-9.670	-9.540
Créditos das Operações Oficiais	-9.230	-9.401	-10.230
Arrecadação a Recolher	-1.895	-3.938	-2.595
TOTAL DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-60.796	-62.654	-64.330
Fat	-43.676	-43.722	-45.003
Demais Entidades	-17.119	-18.932	-19.327
TOTAL	-216.836	-224.516	-228.680
TOTAL/PIB	-22,9%	-23,5%	-23,6%
TOTAL DA STN/PIB	-16,5%	-16,9%	-16,9%

O saldo dos haveres contratuais internos manteve-se em aproximadamente 23,6% do PIB

Com relação à dívida contratual de fundos, autarquias e fundações, verificou-se aumento de R\$ 1,3 bilhão nas disponibilidades do FAT e de R\$ 829,0 milhões nos créditos das operações oficiais de financiamento à agricultura e exportações. No caso do FAT, tal aumento esteve associado, em sua maior parte, à apropriação de receitas decorrentes da atualização (cambial e pela TJLP), relativa aos meses de agosto e setembro, sobre o saldo dos empréstimos concedidos pelo BNDES e sobre a aplicação de recursos do FAT em depósitos especiais. No caso dos créditos das operações oficiais, o incremento decorreu do lançamento da variação cambial referente ao mês de agosto e ao ajuste da capitalização de juros.

O custo médio anual dos créditos securitizados manteve-se em 22,25%.

Quanto ao prazo médio dos créditos securitizados, houve pequena queda: de 172,69 meses, em setembro, para 167,24 meses em outubro. O custo médio anual dos mesmos atingiu 22,25% no mês, mantendo-se constante em relação ao observado no mês anterior.

Dívida Externa

O saldo da dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional totalizou R\$ 123,4 bilhões em outubro, tendo caído aproximadamente 0,2 ponto percentual do PIB em relação ao mês anterior, conforme podemos ver na tabela 11.

TABELA 11
DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, 1999

DISCRIMINAÇÃO	1999		
	Ago	Set	Out
1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	94.067	95.452	95.121
1.1. Bônus de Renegociação	70.598	70.776	66.228
Brazil Investment Bond (BIB)	1.667	1.615	1.641
Interest Due and Unpaid (IDU)	4.749	4.765	4.841
Par Bond (PB)	7.987	8.013	7.557
Discount Bond (DB)	10.363	10.398	7.709
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	3.329	3.340	3.394
Front-Loaded Interest Reduction Bond (C-Bond)	14.000	14.046	12.995
Debt Conversion Bond (DCB)	16.231	16.286	15.668
New Money Bond (NMB)	4.290	4.304	4.373
Eligible Interest (EI)	7.982	8.008	8.051
1.2. Bônus de Captação	23.469	24.675	28.893
Samurai Bond	523	541	562
Global Bond	1.437	1.442	1.465
Deutch Mark Bond 2007 (DM Bond 2007)	1.035	1.050	1.053
Parallel Franco	308	313	314
Parallel Florim	367	373	374
Parallel Xelim	294	298	299
Global Bond 2027	6.706	6.728	6.836
Euroaira Bond	784	795	798
Eurosterling Bond 2007	462	476	483
Euro Bond 2003	1.014	1.029	1.032
Global 2008	776	787	790
DM 2008	2.395	2.403	2.441
Global 2004	5.748	5.767	5.859
Euro Bond 2002	1.622	1.646	1.651
Euro Bond 2004	0	1.029	1.032
Global Bond 2009	0	0	3.906
2. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-5.904	-5.979	-6.044
3. DÍVIDA CONTRATUAL	34.451	34.763	34.850
4. DISPONIBILIDADE DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-501	-488	-500
5. TOTAL (1+2+3+4)	122.112	123.747	123.427
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	12,9%	12,9%	12,7%

A relação Dívida Externa em Mercado/PIB caiu de 12,9% em setembro para 12,7% em outubro.

O destaque do mês foi a emissão, no âmbito do programa de gerenciamento da dívida externa de longo prazo, de US\$ 2,0 bilhões do título denominado *Global 2009*, destinado a resgatar US\$ 3,0 bilhões em bônus *Brady* emitido pela República em 15/04/94. Na tabela 12 abaixo apresentamos os títulos envolvidos na operação.

TABELA 12
RESGATE DE BÔNUS BRADY

Descrição	Operação (*)	US\$ mil	
		Deságio (%)	
Par Bond	299.209	41,25	
Discount Bonds	1.461.880	31,00	
C Bonds	793.249	34,88	
Principal	653.299		
Capitalização (**)	139.950		
DCB	449.158	35,88	
<i>Títulos Resgatados</i>	3.003.496		
Global 2009	(2.000.000)		
Resgate Líquido	1.003.496		

(*) Operação: Resgate (+) Emissão (-)

(**): Inclui a capitalização do diferencial de juros (sobre 8%) desde 1994.

A operação de troca de títulos proporcionou redução de US\$ 1,0 bilhão no saldo da dívida externa.

E na tabela 13 são detalhadas suas principais características.

TABELA 13
CARACTERÍSTICAS DOS TÍTULOS ENVOLVIDOS NA OPERAÇÃO

Características	Bradies Resgatados				Emissões
	Par Bond (*)	C Bonds (*)	DCB	Discount Bonds	Global 2009
Vencimento	15/04/24	15/04/14	15/04/12	15/04/24	15/10/09
Cupom	6%	8%	Libor + 7/8%	Libor+13/16%a.a.	14,5%
Garantias	Treasuries (USA)	Não há	Não há	Treasuries (USA)	Não há
Datas de Pagamento					
- Principal	Bullet	15/04 e 15/10 (**)	15/04 e 15/10 (**)	Bullet	Bullet
- Juros	15/04 e 15/10	15/04 e 15/10	15/04 e 15/10	15/04 e 15/10	15/04 e 15/10

(*) Apresentam estrutura de cupom *step-up*. No entanto, a partir do ano 2000, até o vencimento, o cupom será o apresentado acima.

(**) Início em 15/04/04.

Como resultados da operação destacam-se: i) redução no montante da dívida de US\$ 1,0 bilhão, equivalente a R\$ 1,9 bilhão; ii) liberação de garantias em títulos do Tesouro Americano no valor de US\$ 520,0 milhões, provocando aumento equivalente nas reservas internacionais brasileiras; e iii) apropriação de ganho em termos do seu valor presente líquido em US\$ 205,0 milhões, equivalente a R\$ 400,4 milhões.

Por fim, em outubro foram efetuados pagamentos de encargos da dívida externa no montante de R\$ 2,3 bilhões. Destaque para os serviços da dívida mobiliária, no total de R\$ 2,2 bilhões no mês, conforme discriminado na tabela 14, abaixo. Os demais R\$ 0,1 bilhão foram pagamentos regulares a organismos multilaterais, bancos privados e agências governamentais.

TABELA 12
ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA
BRASIL, 1999

Discriminação	(R\$ milhões)
	Outubro 1999
I. Encargos Totais	2.308,0
I.1. Organismos Multilaterais	67,0
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	55,0
I.3. Dívida Mobiliária	2.186,0
BEA (<i>Brady</i>)	1.831,5
Global 2004 ³	314,9
Global 2008 ⁴	16,7
Global 2009 ⁵	22,9

3 - Título de captação, emitido de acordo com a Resolução nº 51/97 e Resolução nº 69/96 do Senado Federal.

4 - Título de captação, emitido de acordo com a Resolução nº 51/97 do Senado Federal.

5 - Título de captação, emitido no mercado global, de acordo com a Resolução nº 69/99 do Senado Federal.